

Isenção do IR é a grande atração do pacote

O presidente Sarney encaminha hoje ao Congresso um programa que propõe para 86 um amplo programa social, a isenção do imposto de renda para os que ganham até cinco salários mínimos e taxa as grandes empresas que faturam no mercado financeiro em proporção maior do que faturam na atividade produtiva. Paralelamente ao programa econômico o Governo encaminhará, também, um projeto de lei que propõe fixar as características e normas institucionais para negociar as empresas estatais com o setor privado. O Governo transferirá, portanto, ao Congresso a responsabilidade pela fixa-

ção das regras de privatização da economia, de forma a estar respaldado na implementação dessa nova filosofia de Governo relativo aos problemas econômicos.

O Governo está tranquilo, segundo o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), quanto à aprovação do pacote fiscal integrante do programa econômico, porque as medidas propostas possuem conteúdo social e busca minimizar a disparidade da distribuição de renda no País. Segundo Chiarelli, as duas principais medidas do pacote são a isenção de imposto de renda na fonte para 90 por cento da população, aproximadamente, e o programa

de alimentação popular, de saúde, e escolar que consumirá Cr\$ 74 trilhões.

Para o ministro Dilson Funaro, as medidas fiscais não serão drásticas. As empresas ficarão dispensadas de aumentos de impostos. Virá apenas antecipações de receitas e no sistema financeiro será taxado apenas o capital especulativo, como também na bolsa. Os assalariados também, disse, não serão taxados, de um a sete salários. Desmentiu as declarações do senador Chiarelli de que será criado imposto compulsório sobre as empresas.

O Ministro acha que não haverá dificuldades

para aprovar o programa econômico que prevê uma redução drástica no déficit operacional do setor público de 0,4 por cento do Produto Interno Bruto. As medidas propostas buscarão a justiça fiscal, não terá sentido serem rejeitadas. Como será encaminhado por projeto de lei, este precisa de maioria simples para ser aprovado. Já Funaro acha que o maior mérito do pacote fiscal é que eliminará o depósito compulsório aos assalariados. Os que ganham até 30 salários mínimos pagarão 40 por cento a menos. E quem ganha até 100 salários mínimos terá uma restituição de 25 por cento. Haverá sobras para todas as faixas.